



Europe's New libraries Together In Transversal Learning Environments

Directriz 1

Estratégias, políticas e defesa das bibliotecas públicas na promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida

Ver: Final
Date: 3/09/09

Translation: 28/12/09

Índice

1. Introdução	3
2. Conclusões e Recomendações	9
3. Boas Práticas	10
4. Referências bibliográficas.....	11

1. Introdução

Esta é a primeira de seis directrizes relativas aos contextos de aprendizagem informal em bibliotecas e ao seu papel na promoção da Aprendizagem ao Longo da Vida e no combate à iliteracia digital e à exclusão social. O enfoque desta primeira directriz incide sobre as estratégias, orientações políticas e os apoios associados ao projecto.

“Os políticos ao nível europeu reconheceram já que a educação e a formação são essenciais para o desenvolvimento e sucesso da sociedade do conhecimento e da economia actuais. A estratégia da União Europeia dá especial ênfase ao trabalho conjunto dos vários países e ao intercâmbio de conhecimentos entre si”.

A União Europeia está empenhada na Aprendizagem ao Longo da Vida como parte integrante do seu objectivo de fazer da Europa a economia mais competitiva e orientada para o conhecimento de todo o mundo. Desde a realização do Conselho Europeu de Lisboa em Março de 2000, a Aprendizagem ao Longo da Vida passou a constituir um elemento fulcral das estratégias europeias, não apenas no que diz respeito à competitividade e empregabilidade, mas também em nome de uma maior inclusão social, maior cidadania activa, assim como da concretização de aspirações pessoais. Em 2004, teve início um programa de acção integrada no domínio da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Os Ministros da Educação europeus concordaram unanimemente quanto aos três principais objectivos a alcançar até 2010 em prol dos cidadãos e da própria UE como um todo:

- melhorar a qualidade e eficácia dos sistemas de ensino e formação na UE;
- assegurar a sua acessibilidade a todos os cidadãos;
- alargar o espectro de intervenção da educação e da formação. Muitos dos governos nacionais possuem políticas e objectivos de aprendizagem, por exemplo, no que se refere às competências básicas e à aprendizagem de línguas para todos os cidadãos.

Um dos pilares essenciais da iniciativa europeia i2010 clama por "inclusão, melhores serviços para os cidadãos e qualidade de vida" e enfatiza o reforço da utilização das TIC (Tecnologias da Informação e Comunicação) para a Aprendizagem ao Longo da Vida e para a inclusão social.

O papel das bibliotecas públicas

É um dado adquirido que a aprendizagem não está circunscrita às instituições oficiais como as escolas, faculdades e universidades, e que as instituições de ensino não formais/informais, tais como as 96 000 bibliotecas públicas espalhadas por toda a Europa, desempenham um papel extremamente importante a este respeito.

As bibliotecas públicas foram originalmente criadas como instituições destinadas especificamente a apoiar a educação do cidadão comum. Ao longo das últimas décadas, estas recomeçaram uma vez mais a orientar as suas actividades no sentido de providenciar, de forma mais sistemática, diversos tipos de serviços de aprendizagem, paralelamente à promoção do acesso à leitura em nome do prazer, da informação e dos artefactos culturais de diversos tipos.

Como tal, as bibliotecas públicas representam um recurso altamente valioso e de amplo acesso dentro do panorama europeu da aprendizagem informal. No entanto, a forma como este potencial é encarado e aproveitado por parte do sector da educação varia de forma substancial entre os vários Estados-Membros.

Da mesma forma, aqueles que trabalham no sector das bibliotecas nem sempre aliam de modo efectivo os objectivos da sua política com os do sector do ensino, de tal forma que o potencial das bibliotecas públicas para a Aprendizagem ao Longo da Vida poucas vezes é devidamente reconhecido ou utilizado como recurso por parte da comunidade 'dominante' da Aprendizagem ao Longo da Vida.

Todo este panorama começa agora a mudar, contudo, há ainda muito a fazer até alcançar uma posição consistente em termos da exploração das bibliotecas públicas enquanto recurso de aprendizagem, por toda a Europa. O projecto ENTITLE está precisamente direccionado nesse sentido.

Para perceber em que é que o papel das bibliotecas públicas poderá encaixar dentro do conceito de Aprendizagem ao Longo da Vida, é essencial ter em conta a recomendação da UE para a Educação e Formação na Europa: *"Precisamos de estratégias nacionais de Aprendizagem ao Longo da Vida que sejam coerentes e objectivas. Neste contexto, é necessário promover parcerias mais eficazes entre os participantes-chave, nos quais se incluem o comércio, os parceiros sociais e as instituições de ensino a todos os níveis."*

As Instituições Europeias têm vindo a promover de forma activa diversas políticas para estimular respostas nas quais o Ensino e Formação Profissional formal, informal e não-formal estão integrados no Quadro Europeu de Qualificações para a Aprendizagem ao Longo da Vida.

Nas estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida, o ensino formal é normalmente complementado por um foco adicional num espectro mais amplo de temas, tais como Cidadania, Criatividade e Educação Empresarial. A aprendizagem contínua de línguas estrangeiras é um componente igualmente importante dentro da política educacional da UE.

As 'instituições culturais' como as bibliotecas públicas precisam e começam já a reagir às políticas e aos desenvolvimentos como os que se seguem, que acabam por ser agentes impulsionadores de mudança:

- objectivos nacionais e europeus orientados no sentido de uma sociedade baseada no conhecimento
- programas governamentais para serviços mais inclusivos
- necessidade de novas competências baseadas no conhecimento nos locais de trabalho
- exigências do Governo Electrónico (*eGovernment*) para cidadãos que dominam as tecnologias da informação
- mobilidade de pessoas, geradora da necessidade de melhores competências linguísticas
- integração de pessoas com *backgrounds* diversos, o que gera a necessidade de bases sólidas em nome da coesão da comunidade
- globalização, que traz consigo a correspondente necessidade de preservar identidades culturais
- desenvolvimentos tecnológicos, que tornam possível o acesso ao ensino mediante um leque crescente de dispositivos interactivos e portáteis

As políticas governamentais nacionais têm vindo gradualmente a proporcionar um contexto sólido de aceitação das bibliotecas públicas como sendo agentes essenciais na génese de estratégias de Aprendizagem ao Longo da Vida, sendo que começam entretanto também a emergir exemplos de sucesso da sua implementação. As bibliotecas públicas desempenham um papel significativo nas comunidades locais e, exploradas em pleno, são capazes de assumir dentro dessas comunidades o papel de 'agentes provocadores da Aprendizagem ao Longo da Vida'.

No entanto, não raras vezes, as iniciativas desenvolvidas pelas bibliotecas públicas na área da aprendizagem são encaradas como algo sem qualquer ligação, e mesmo externo, às políticas vigentes de Aprendizagem ao Longo da Vida. Da mesma forma, as iniciativas de ensino e formação não são ainda unanimemente reconhecidas como serviços básicos inerentes a uma biblioteca. Este facto permite explicar porque é que, por vezes, se torna difícil distinguir o apoio orçamental que é disponibilizado a estas instituições a partir do seu orçamento geral.

Responsabilidades estratégicas

A uma escala nacional, as bibliotecas públicas são normalmente da responsabilidade do Ministério da Cultura. Este facto poderá representar um desafio em termos do estabelecimento claro do seu papel no contexto de outros departamentos governamentais que poderão ter responsabilidades fulcrais, como é o caso do da educação. O surgimento de agências governamentais com responsabilidades estratégicas e de apoio às bibliotecas e, em alguns casos (p. ex., Noruega, Reino Unido), de outras instituições ou 'domínios' de carácter cultural, como museus e/ou arquivos, representa um desenvolvimento positivo, tanto em termos da sua capacidade de enfatizar a Aprendizagem ao Longo da Vida como uma área-chave, como no seu papel na interacção com outros departamentos governamentais relevantes.

O papel das Associações de Bibliotecas profissionais continua a ser de grande importância no que diz respeito à promoção desta área de trabalho. Isto reflecte-se claramente na adopção da Aprendizagem ao Longo da Vida como uma das prioridades estratégicas essenciais da EBLIDA (Associação não governamental que congrega associações nacionais nas áreas da documentação, informação, biblioteca e arquivo).

Um inquérito levado a cabo pelo ENTITLE¹, envolvendo os seus 13 países participantes, demonstrou que em apenas dois deles, a Dinamarca e o Reino Unido, é atribuído um papel central explicitamente identificado às bibliotecas públicas nas estratégias publicadas de Aprendizagem ao Longo da Vida. Em apenas outros dois destes países, a Finlândia e a República Checa, foram feitas referências de forte relevância às bibliotecas públicas. Os outros nove países fizeram apenas referências breves, e três destes (Grécia, Hungria e Roménia) nem sequer mencionaram o assunto.

Por outro lado, as estratégias nacionais publicadas para as bibliotecas públicas parecem encarar de modo algo mais sério a questão da disponibilização de serviços para a Aprendizagem ao Longo da Vida. Em cinco destes países é possível identificar um papel central e em apenas um deles (Bulgária) não é feita qualquer referência ao assunto.

Numa perspectiva mais prática, em todos os 13 países, as bibliotecas públicas disponibilizam alguns serviços especificamente direccionados para a aprendizagem.

Tendo por base os pontos fortes que lhes são tradicionais, como gestoras de conteúdos e provedoras de acessos, as bibliotecas públicas necessitam de uma 'reestruturação' significativa, de forma a tornarem-se fornecedoras de oportunidades de aprendizagem dentro de um ambiente propício para tal. Fazendo uso do potencial associado ao

¹ Os resultados completos do inquérito, incluindo um inquérito por país, estão disponíveis em

<http://www.entitlelll.eu/eng/Reports/Categorisation-of-Public-Libraries-and-LLL-Results>

ambiente digital, as bibliotecas públicas podem desempenhar um papel importante no que diz respeito à disponibilização de serviços que sejam acessíveis a todos os cidadãos.

Para alcançar este objectivo, as equipas das bibliotecas necessitam de formação adicional, as políticas de recrutamento têm de ser flexibilizadas de forma a mobilizar um conjunto de competências adequado ao apoio dos aprendentes e, para desenvolver um 'clima propício à aprendizagem', terão de se desenvolver novos modelos de gestão de recursos.

Situação actual

Existem já sólidas bases a partir das quais se pode proceder a desenvolvimentos. Em muitas bibliotecas, os horários de abertura estão já ajustados às necessidades dos aprendentes. Têm vindo a ser organizados por toda a Europa cursos com o objectivo de enriquecer os currículos formais de aprendizagem, alguns dos quais constituem um contributo para o ensino técnico ou para a aquisição de qualificações em áreas como a dactilografia ou as línguas estrangeiras. Existem outros tipos de medidas ligados aos currículos lectivos, em áreas como a poesia, monumentos de carácter cultural, astronomia, alterações climáticas, vida selvagem, etc., e muitas delas contam com o apoio de organizações especializadas e comunidades com participação activa nestas áreas. Actividades como a escrita, a pintura, o artesanato ou trabalhos manuais são frequentemente direccionadas sobretudo para crianças e idosos, e normalmente organizadas durante o Verão.

Muitas bibliotecas públicas têm à disposição actividades de estudo acompanhado, o que assenta na premissa de que estas entidades representam um local seguro para as crianças. As bibliotecas disponibilizam acesso a bases de dados online e *media* electrónicos, fornecem ferramentas básicas de referência e constituem um local onde os estudantes podem trabalhar individualmente. Nos EUA, as crianças são encorajadas a utilizar as bibliotecas no quadro de um serviço comunitário especial que disponibiliza estudantes mais velhos como tutores para os mais novos. Na Dinamarca, os chamados *Homework Cafes* ajudam refugiados e imigrantes com os trabalhos de casa e aulas de conversação. O apoio ao desenvolvimento de competências básicas, leitura, escrita e matemática é frequentemente encarado como um dos componentes importantes dos serviços de aprendizagem das bibliotecas públicas.

Numa sociedade baseada no conhecimento, a aplicação das TIC pode ser igualmente considerada como uma competência básica que envolve literacia digital. As bibliotecas públicas dispõem de um forte registo em termos de Acesso Público à Informática, o que as deixa bem apetrechadas para desempenhar um papel importante nessa área. O conceito de literacia digital pode ser também associado a outras competências, tais como o pensamento crítico, a análise imparcial de informação factual proveniente de diversas fontes, a pesquisa de informação (utilizando sobretudo motores de pesquisa na Internet), a filtragem de dados, etc. Enquanto fornecedoras de serviços de informação públicos, em cooperação com outras instituições, as bibliotecas podem igualmente prestar serviços em outros aspectos do desenvolvimento da literacia de informação, tais como orientação sobre segurança na Internet e questões relacionadas com os direitos de autor.

As bibliotecas públicas podem tornar-se particularmente eficazes no que se refere ao trabalho com indivíduos ou grupos socialmente excluídos, trazendo-os de volta ao ciclo de aprendizagem e melhorando a sua qualidade de vida, por exemplo, através da organização de actividades em períodos pós-escolares e de férias, do apoio aos mais jovens na organização e aproveitamento do seu tempo livre e da atenção dedicada a pessoas com necessidades especiais.

A um nível técnico mais avançado, as bibliotecas podem também funcionar como um ponto central de uma rede de serviços virtuais ligados a residências e a escolas, criando assim Ambientes de Aprendizagem Virtuais personalizados.

Financiamento

A disponibilização de novos serviços tende normalmente a causar um aumento dos custos. A competição por financiamentos públicos é frequentemente sinónimo de desafios financeiros para as bibliotecas públicas no que diz respeito ao alargamento dos seus serviços de ensino/aprendizagem. Tem vindo a prolongar-se um debate dentro da comunidade profissional, e para além desta, sobre se todos os serviços disponibilizados pelas bibliotecas devem ser gratuitos ou se devem ser cobradas taxas parciais ou suplementares para cobrir os custos adicionais. Este é um debate comum a muitas outras áreas que fornecem serviços públicos, como por exemplo a saúde, a educação formal, a cultura (museus) etc.

O Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a Biblioteca Pública afirma que “o acesso à biblioteca pública deve ser essencialmente gratuito” e a IFLA vai mais longe declarando que “cobrar taxas aos utilizadores por serviços e pela adesão não deve ser usado como uma fonte de receitas para as bibliotecas públicas, pois isso faria com que as possibilidades financeiras se tornassem um critério determinante de quem pode ou não recorrer a uma biblioteca pública. Isto provocaria uma redução do acesso e, portanto, violaria o princípio fundamental do acesso à biblioteca pública para todos”.

Na prática, este é um princípio que é muitas vezes violado, na medida em que as bibliotecas públicas têm de fazer um enorme esforço para encontrar financiamentos que lhes permitam concretizar o seu potencial. Na realidade, é cobrada uma multiplicidade de taxas, diferentes de país para país, consoante as respectivas práticas, onde se incluem desde taxas anuais de inscrição, multas, taxas de reserva, taxas de empréstimo de CDs ou DVDs, etc. O seu valor é normalmente modesto mas, somados os contributos de todos os utilizadores inscritos na biblioteca, pode constituir um valioso componente do orçamento de uma biblioteca que, de outra forma, poderá ser difícil de obter.

É um facto evidente que, nos locais onde, como por norma acontece, as actividades de Aprendizagem ao Longo da Vida disponibilizadas por bibliotecas públicas se destinam a apoiar a inclusão social ajudando crianças, reformados, deficientes, minorias e desempregados, os serviços têm necessariamente de ser gratuitos ou estar disponíveis por custos ‘concessionários’ reduzidos.

Desta forma, as bibliotecas públicas têm de ser activas nas suas negociações com as autoridades locais e nacionais, de forma a assegurar que conseguem um conjunto de fundos que vá ao encontro das suas necessidades estratégicas.

A cooperação e parceria com outras organizações (escolas, municípios, instituições de ensino, incluindo as que estão envolvidas em projectos de aprendizagem à distância, agências governamentais para a formação e/ou desenvolvimento regional, etc.) são factores cruciais para alcançar um impacto ao mais alto nível (ver Directriz 2: As Bibliotecas e o Panorama da Aprendizagem ao Longo da Vida).

2. Conclusões e Recomendações

As bibliotecas públicas precisam de continuar a desenvolver o seu quadro de pensamento tradicional no que diz respeito aos serviços de aprendizagem, de forma a afirmar a sua posição de integração total na corrente mais abrangente da política e das estratégias da Aprendizagem ao Longo da Vida, assim como para assegurar o financiamento das suas iniciativas.

Os serviços das bibliotecas públicas têm de sofrer uma ampla 'reestruturação', enquanto fontes de oportunidades de aprendizagem dentro de um ambiente propício para tal. Fazendo uso pleno do ambiente digital, as bibliotecas públicas podem desempenhar um papel importante em termos do fornecimento de serviços de aprendizagem para todos os cidadãos. Para alcançar esta meta, os exemplos das bibliotecas têm de ser complementares com um conjunto mais complexo de competências relevantes para a disseminação da Aprendizagem ao Longo da Vida.

O estabelecimento de agências nos Estados-Membros que sejam responsáveis pela defesa e apoio estratégico profissionais às bibliotecas públicas pode exercer um efeito genericamente benéfico sobre a sua capacidade de focalização na Aprendizagem ao Longo da Vida.

3. Boas Práticas

ABM Utvikling (Autoridade Norueguesa para Arquivos, Bibliotecas e Museus)

www.abm-utvikling.no

Consultoria e organização executiva para o Ministério da Cultura e dos Assuntos Eclesiásticos relativamente aos campos especializados dos arquivos, bibliotecas e museus. A ABM-utvikling trabalha também com assuntos relativos a arquivos, bibliotecas e museus associados a outros ministérios, particularmente o Ministério da Educação e da Investigação, ao qual pertencem todas as bibliotecas e museus universitários, operando a um nível sobretudo estratégico.

Programa *Global Libraries* da Fundação Bill & Melinda Gates

www.gatesfoundation.org/topics/Pages/libraries.aspx

Este programa tem vindo a trabalhar em parceria com entidades nacionais no sentido de apoiar iniciativas de Acesso Público à Informática de grandes dimensões em bibliotecas públicas de diversos Estados-Membros, entre os quais a Bulgária, Letónia, Lituânia, Polónia e Roménia, assim como noutros locais por todo o mundo.

EBLIDA

<http://www.eblida.org/>

Fundou um grupo de trabalho na área da Aprendizagem ao Longo da Vida, uma das suas áreas estratégicas centrais

Conselho de Museus, Bibliotecas e Arquivos (Reino Unido)

<http://www.mla.gov.uk/>

Agência responsável pela defesa e apoio estratégicos das bibliotecas públicas que estabeleceu a Aprendizagem ao Longo da Vida como uma das suas principais prioridades.

Sulinet (Hungria)

<http://www.sulinet.hu/tart/kat/S>

A Sulinet desenvolveu uma Base de Conhecimentos Digital que é utilizada pelas bibliotecas para impulsionar a Aprendizagem ao Longo da Vida.

Iniciativa do Reino Unido

<http://www.entitlell.eu/eng/About-ENTITLE/News/UK-government-announces-£20-million-programme>

“Os museus, bibliotecas e arquivos podem a partir de hoje solicitar uma quota de 20 milhões de libras do orçamento governamental para aplicar no alargamento de novas oportunidades e na construção de novas alianças que ajudarão a assegurar um movimento próspero de educação de adultos no Reino Unido”

4. Referências bibliográficas

Directrizes CALIMERA, 2003

[http://www.calimera.org/Lists/Guidelines/Learning_\(formal_and_informal\).htm](http://www.calimera.org/Lists/Guidelines/Learning_(formal_and_informal).htm)

As Directrizes CALIMERA para o Ensino (obra fundada sob o Programa-Quadro IST-Tecnologias da Sociedade da Informação) identificaram um conjunto de questões políticas que constituem uma base sólida de desenvolvimento.

Comissão das Comunidades Europeias. Quadro Geral de Políticas de Educação e Formação

http://ec.europa.eu/education/lifelong-learning-policy/doc28_en.htm

Comissão das Comunidades Europeias: Aprendizagem e respectivos resultados.

Towards a European qualifications framework for lifelong learning.

http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/consultation_eqf_en.pdf

Conselho da União Europeia – Tornar a Aprendizagem ao Longo da Vida uma realidade concreta.

Education & training 2010 the success of the Lisbon Strategy hinges on urgent Reforms.

http://ec.europa.eu/education/policies/2010/doc/jir_council_final.pdf

Projecto Dillmuli: secção do *toolkit* 1. Políticas

<http://www.dillmuli.feek.pt/hu/31.htm>

Conjunto abrangente de referências a recursos *online* relevantes para instituições culturais e de Aprendizagem ao Longo da Vida, compilado por um projecto fundado sob a alçada do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

Directrizes IFLA/UNESCO para o Desenvolvimento: Serviços da Biblioteca Pública

<http://www.ifla.org/VII/s8/proj/publ97.pdf>

As Directrizes IFLA/UNESCO para o Desenvolvimento no que diz respeito aos serviços inerentes às bibliotecas públicas declara que os gestores das bibliotecas têm de estar conscientes das questões levantadas pelas mudanças constantes e fundamentais da sociedade e também das suas implementações nos serviços bibliotecários. Os gestores devem, portanto, estabelecer metodologias para lidar com estas questões.

McMenemy, D., Poulter, A. Delivering Digital Services: a handbook for public libraries and learning centres. London: Facet publishing, 2005.

Manifesto da IFLA/UNESCO sobre a Biblioteca Pública 1994

<http://www.ifla.org/en/publications/iflaunesco-public-library-manifesto-1994>

De acordo com o Manifesto, o bibliotecário é um intermediário activo entre os utilizadores e os recursos. A formação profissional e contínua do bibliotecário é indispensável para assegurar serviços adequados. Os serviços bibliotecários devem estar adaptados às diferentes necessidades das comunidades nas áreas rurais e urbanas. Para atingir estes

objectivos, é essencial desenvolver culturas e práticas de aprendizagem e avaliação organizacionais em bibliotecas públicas.